

EDITORIAL EDITORIAL

A Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos, há pouco aprovada por unanimidade pelos países-membros da Unesco, traz significativa mudança na agenda da bioética neste século, tornando-a mais democrática e compromissada com as populações mais vulneráveis e, portanto, mais necessitadas. Suas orientações, mais do que subsidiar legislações e políticas neste campo do conhecimento, instauram a perspectiva de que a investigação científica deve pautar-se pelos princípios e valores universais dos direitos humanos.

Com pertinência ao tema, o Conselho Federal de Medicina e a Sociedade Brasileira de Bioética engajaram-se, este ano, na proposta de estimular o debate em torno da Declaração Universal, projetando o amadurecimento da sociedade brasileira em torno das questões éticas pertinentes à medicina, às ciências da vida e às tecnologias associadas, quando aplicadas aos seres humanos.

É o ponto de partida para jornada de longo prazo até a formulação de um conjunto de normas legais, mas que tende a construir pelo caminho nova consciência para códigos de ética e avanços morais, responsabilidade social e saúde pública e proteção ambiental.

O simpósio “Pesquisas em Bioética”, trazido a esta edição da revista *Bioética* com incursões diversas mas harmoniosas sobre a temática central, enriquece o atual estágio de debates, abreviando etapas. A contribuição proporcionada por professores e estudantes da Cátedra Unesco de Bioética da Universidade de Brasília (UnB), pioneiro grupo de estudos e pesquisas na área, vem reforçar a convicção de que os progressos da ciência e tecnologia devem estar voltados para a justiça, equidade e interesse da humanidade.

Como nos convida a refletir o texto da Declaração Universal, todos os seres humanos devem se beneficiar dos mesmos elevados padrões éticos na medicina e nas pesquisas em ciências da vida, fazendo-se necessário salvaguardar e promover os interesses das gerações presentes e futuras.

Gerson Zafalon Martins
Editor